



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

**XXXIII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
DA 2ª REGIÃO**

1ª Prova - CONHECIMENTOS GERAIS - 1ª Etapa – 26/maio/2007

PROVA DE DIREITO DO TRABALHO, DIREITO PROCESSUAL CIVIL, DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO, DIREITO PREVIDENCIÁRIO, DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO ADMINISTRATIVO, DIREITO PENAL, DIREITO INTERNACIONAL E COMUNITÁRIO, DIREITO CIVIL E DIREITO COMERCIAL.

INSTRUÇÕES

1. Verifique se este caderno de prova contém 50 (cinquenta) questões.
2. Confira se o seu caderno está completo, solicitando outro aos fiscais, caso necessário.
3. Cada questão possui apenas uma alternativa correta.
4. Use somente caneta esferográfica fornecida pelo fiscal e devolva-a na entrega da prova.
5. Os fiscais não darão qualquer esclarecimento sobre as questões formuladas. A compreensão destas é encargo do candidato.
6. São proibidas quaisquer consultas.
7. Não rubricque, nem rasure a Folha de Respostas, do contrário será anulada a prova.
8. Não haverá substituição da Folha de Respostas.
9. É proibido o uso de corretivos.
10. Fica proibido, durante a prova, o uso de aparelhos eletrônicos ou telefones celulares.
11. Não será permitido ao candidato fumar na sala de provas. Caso deseje fumar, deverá, solicitar o acompanhamento de fiscal para saída da sala.
12. Os 2 últimos candidatos, que permanecerem na sala, deverão aguardar o recolhimento da última prova para, então deixarem juntos o local.
13. A prova tem duração de quatro (04) horas.
14. Guarde a ordem para abrir o caderno de questões.

COMISSÃO DO CONCURSO

Juíz ANTÔNIO JOSÉ TEIXEIRA DE CARVALHO – Presidente do Tribunal e da Comissão do Concurso
Juíza VANIA PARANHOS
Advogado JORGE PINHEIRO CASTELO – Representante da OAB

COMISSÃO EXAMINADORA DA PROVA

Juíz SÉRGIO WINNIK – Presidente da Comissão
Juíza CÁTIA LUNGOV
Advogado ANTONIO ROBERTO DA VEIGA – Representante da OAB

Obs.: o gabarito desta prova será publicado no dia 29 de maio de 2007, no Diário Oficial do Estado de São Paulo - Poder Judiciário, bem como, na Internet e no site do TRT (www.trt02.gov.br).

1- Assinale a alternativa incorreta:

- a) Os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração.
- b) O silêncio importa anuência, quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, e não for necessária a declaração de vontade expressa.
- c) Nas declarações de vontade se atenderá mais à intenção nelas consubstanciada do que ao sentido literal da linguagem.
- d) Salvo renúncia, os negócios jurídicos benéficos interpretam-se estritamente.
- e) No negócio jurídico celebrado com a cláusula de não valer sem instrumento público, este é da substância do ato.

2- Na sociedade em conta de participação, apenas o sócio ostensivo exerce a atividade relacionada ao objeto social, enquanto os investidores buscam apenas auferir resultado econômico favorável. O vendedor autônomo que lhe prestou serviços, sendo credor de diferenças de comissões, em fase de execução:

- a) requererá ao juiz da Vara do Trabalho em que tramitou a ação em fase de conhecimento, que proceda a citação do sócio ostensivo, único a responder perante terceiros pelas dívidas contraídas no desenrolar da atividade da sociedade.
- b) enfrentará a argüição de incompetência absoluta da Vara do Trabalho quanto ao título executivo, porque o vendedor autônomo somente pode ingressar com ação na Justiça do Trabalho quando pleiteia o vínculo de emprego.
- c) requererá ao juiz da Vara do Trabalho em que tramitou a ação em fase de conhecimento, que oficie a Junta Comercial para obter informação sobre o quadro social, para que se proceda a citação dos sócios participantes, se insolvente a sociedade e o sócio ostensivo.
- d) requererá ao juiz da Vara do Trabalho em que tramitou a ação em fase de conhecimento, que proceda a citação da sociedade que, possuindo personalidade jurídica própria, responde com seu patrimônio pelas dívidas contraídas pelo sócio ostensivo.
- e) requererá ao juiz da Vara do Trabalho em que tramitou a ação em fase de conhecimento, a produção de provas por todos os meios de direito, para configurar a existência da sociedade e imputação de responsabilidade aos sócios participantes, em caso de insolvência do sócio ostensivo.

3- Auto-executoriedade do ato administrativo é o traço peculiar ao ato, pelo qual:

- a) a administração considera imediatamente a situação do agente público.

- b) a administração concretiza imediatamente as decisões tomadas, sem recorrer, para isso, ao Judiciário, solicitando-lhe título hábil para tanto.
- c) a administração age arbitrária e imediatamente.
- d) a administração edita o ato, mas não o executa imediatamente.
- e) a administração age discricionariamente.

4- Assinale a resposta correta. A CLT, no que se refere ao trabalho extraordinário:

- a) exige sempre a concessão de um descanso mínimo de quinze minutos antes do início do período extraordinário de trabalho.
- b) não faz qualquer alusão quanto à obrigatoriedade de descanso antes do início do período extraordinário de trabalho.
- c) exige a concessão e um descanso mínimo de 15 minutos antes do início do labor extraordinário, apenas para a prorrogação do horário normal da mulher e do menor.
- d) exige sempre a concessão de um descanso mínimo de 15 minutos, quando houver qualquer prorrogação do horário normal, ainda que não seja ao início do período extraordinário de trabalho.
- e) exige a concessão de um descanso mínimo de 30 minutos antes do início do período extraordinário de trabalho.

5- Assinale a alternativa incorreta:

- a) Considera-se estabelecimento todo complexo de bens organizado, para exercício da empresa, por empresário, ou por sociedade empresária.
- b) Não havendo autorização expressa, o alienante do estabelecimento não pode fazer concorrência ao adquirente, nos dez anos subsequentes à transferência.
- c) O contrato que tenha por objeto a alienação, o usufruto ou arrendamento do estabelecimento, só produzirá efeitos quanto a terceiros depois de averbado à margem da inscrição do empresário, ou da sociedade empresária, no Registro Público de Empresas Mercantis, e de publicado na imprensa oficial.
- d) Pode o estabelecimento ser objeto unitário de direitos e de negócios jurídicos, translativos ou constitutivos, que sejam compatíveis com a sua natureza.
- e) Se ao alienante não restarem bens suficientes para solver o seu passivo, a eficácia da alienação do estabelecimento depende do pagamento de todos os credores, ou do consentimento destes, de modo expresso ou tácito, em trinta dias a partir de sua notificação.

6- Sendo réu ente público, sobrevindo condenação:

- a) para recorrer é isento de preparo; haverá remessa “ex officio”, exigida conforme o valor envolvido; mantida a condenação recorrerá de revista, que somente será conhecida, se interposto recurso ordinário voluntário.
- b) para recorrer é isento de custas, mas não do depósito prévio; haverá remessa “ex officio”, sempre exigida qualquer que seja o valor envolvido; mantida a condenação recorrerá de revista, que somente será conhecida, se interposto recurso ordinário voluntário
- c) para recorrer é isento de custas, mas não do depósito prévio; haverá remessa “ex officio”, exigida conforme o valor envolvido; agravada a condenação recorrerá de revista, que somente será conhecida, se interposto recurso ordinário voluntário.
- d) para recorrer é isento de preparo; haverá remessa “ex officio”, que é sempre exigida qualquer que seja o valor envolvido; mantida a condenação recorrerá de revista, que somente será conhecida, se interposto recurso ordinário voluntário.
- e) para recorrer é dispensado do depósito prévio e as custas serão pagas a final, exceto a União Federal, que é isenta; haverá remessa “ex officio”, exigida conforme o valor envolvido; agravada a condenação recorrerá de revista, que será conhecida, ainda que não interposto recurso ordinário voluntário.

7- Considere as seguintes afirmações e a seguir responda:

- I- Mérito, no direito administrativo, é o aspecto do ato administrativo que diz respeito à oportunidade e conveniência.
 - II- O controle jurisdicional incide sobre aspectos formais do ato administrativo e competência do agente editor do ato.
 - III- O exame da conveniência e oportunidade do ato administrativo escapa sempre ao controle do Poder Judiciário.
- a) Todas as afirmativas estão corretas.
 - b) Somente as afirmações I e II estão corretas.
 - c) Somente as afirmações I e III estão corretas.
 - d) As afirmações II e III estão corretas.
 - e) As afirmações I e III estão corretas.

8- O acordo homologado judicialmente, na forma do parágrafo único do artigo 831 da CLT, transita em julgado:

- a) Após vencido o prazo para a interposição de recurso ordinário.
- b) Na data da homologação do acordo.
- c) Após a apreciação da remessa de ofício, em se tratando de ente público.
- d) Quando decorrido o prazo para o agravo de instrumento.

e) Nenhuma das alternativas é correta.

9-É lícito dizer que, no que pertine ao contrato de empreitada:

I-o contrato para a elaboração de um projeto implica na obrigação de executá-lo, ou de fiscalizar-lhe a execução.

II-concluída a obra em desacordo com o ajuste, o dono é obrigado a recebê-la. Poderá todavia rejeitá-la se o empreiteiro se afastou das especificações técnicas previstas para o trabalho e dos costumes do lugar.

III-o empreiteiro porque só fornece mão de obra, assume também os riscos decorrentes não apenas da culpa mas também do dolo.

IV-o empreiteiro de uma obra pode contribuir para ela só com seu trabalho e não com materiais.

V-o empreiteiro é obrigado a pagar os materiais que recebeu, se por imperícia ou negligência os inutilizar.

Assinale a alternativa correta:

a)Todas as alternativas estão corretas.

b)Todas as alternativas estão incorretas.

c)As alternativas I,III e V estão incorretas e as alternativas II e IV estão corretas

d)As alternativas III e V estão corretas e as alternativas I,II e IV estão incorretas.

e)A alternativa V está correta e as alternativas I,II,III e IV estão incorretas.

10- Em referência ao contrato de trabalho o sistema brasileiro adota a teoria:

a)Contratualista pura.

b)Anticontratualista.

c)Híbrida (contrato e instituição).

d)Institucionalista pura.

e)N.D.A .

11- O *habeas data* somente é cabível quando as informações constam de

a)banco de dados que publicam listagens pela imprensa.

b)banco de dados que limitam o crédito da pessoa.

c)banco de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

d)banco de dados de entidades públicas e privadas.

e)banco de dados de entidades privadas.

12- Assinale a alternativa CORRETA:

- a) É cabível recurso ordinário ao TST de acórdão proferido por TRT no julgamento de agravo regimental em decisão correicional.
- b) Em caso de procedência parcial dos pedidos formulados em dissídio individual, cabe ao juízo condenar as partes ao pagamento de custas proporcionais, face ao instituto da sucumbência recíproca, aplicável ao Processo do Trabalho.
- c) As custas processuais a que foi condenado o sucumbente devem ser comprovadas até o quinquídio que sucede a protocolização do recurso.
- d) O agravo de petição, cujo objeto seja a discussão do montante do débito, só pode ser recebido se o agravante delimitar, de modo justificado, as matérias e valores impugnados.
- e) Salvo se versar matéria constitucional, é inadmissível qualquer recurso quando o valor da causa seja igual ou inferior a dois salários mínimos profissionais da categoria.

13-Quanto ao inadimplemento das obrigações a norma legal vigente prevê que:

- I-nas obrigações provenientes de ato ilícito considera-se o devedor em mora a partir do trânsito em julgado da decisão condenatória.
- II-o devedor em mora responde pela impossibilidade da prestação, salvo se esta resulte de caso fortuito e força maior, se estes ocorrerem durante o atraso.
- III-o inadimplemento da obrigação positiva e líquida, no seu termo, constitui de pleno direito em mora o devedor.
- IV-a mora do credor subtrai o devedor isento de dolo à responsabilidade pela conservação da coisa, obriga o credor a ressarcir as despesas empregadas em conservá-la, e sujeita-o a recebê-la pela estimação mais favorável ao devedor, se o seu valor oscilar entre o dia estabelecido para o pagamento e o da sua efetivação.
- V-não havendo termo a mora se constitui mediante interpelação judicial ou extrajudicial.

Assinale a alternativa correta:

- a) As alternativas IV, V estão corretas e as alternativas I, II e III estão incorretas.
- b) As alternativas III, IV e V estão corretas e as alternativas I e II estão incorretas
- c) As alternativas III, IV, V são incorretas e as alternativas I, II são corretas.
- d) Todas as alternativas estão incorretas
- e) Todas as alternativas estão corretas.

14- Nulo o contrato de trabalho celebrado com a inobservância de um de seus elementos essenciais:

- a) nada é devido ao empregado que deverá restituir ao empregador aquilo que recebeu durante a prestação de serviços.
- b) por ter colocado a força de trabalho à disposição do empregador são devidas ao empregado todas as reparações, como se fora válido o ajuste, inclusive com a anotação, para efeitos previdenciários, do contrato de trabalho na C.T. P. S.
- c) o empregado faz jus aos salários decorrentes do trabalho prestado pelo simples fato de ser impossível restituir-se às partes as condições "*status quo ante*".
- d) em se tratando de nulidade, aplica-se ao Direito do Trabalho, por inteiro, a teoria das nulidades do Direito Civil.
- e) em face do princípio da irretroatividade das nulidades no Direito do Trabalho, nenhuma consequência de ordem prática trará ao ajuste nulo, produzindo todos os efeitos.

15- Suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão do Supremo Tribunal Federal, é competência privativa da(o):

- a) Câmara dos Deputados.
- b) Senado Federal.
- c) Congresso Nacional.
- d) Presidente da República.
- e) Tribunal de Contas da União.

16- Tramitam em segredo de justiça, segundo o disposto no artigo 55 do Código de Processo Civil, os processos que versam sobre:

- a) Violação da intimidade da pessoa.
- b) União estável.
- c) Casamento, separação judicial, filiação, alimentos, guarda de menores.
- d) Filiação, falência fraudulenta.
- e) Nenhuma das hipóteses.

17- Tem privilégio especial em nosso ordenamento jurídico:

- I- Sobre a coisa arrecadada e liquidada, o credor de custas e despesas judiciais feitas com a arrecadação e liquidação.
- II- Sobre a coisa salvada, o credor por despesas de salvamento, fretes e perícias.

III-Sobre as alfaias e utensílios de uso doméstico, nos prédios rústicos ou urbanos, o credor de aluguéis, quanto às prestações do ano corrente e do anterior.

IV-Sobre o produto da colheita para a qual houver concorrido com o seu trabalho e precipuamente a quaisquer outros créditos, ainda que reais, o trabalhador agrícola, quanto a dívida dos seus salários.

V-Sobre a coisa beneficiada, o credor por benfeitorias necessárias ou úteis.

Assinale a alternativa correta:

a)As alternativas I, II, III e IV estão corretas e a alternativa V está incorreta.

b)As alternativas I, III, IV e V estão corretas e a alternativa II está incorreta.

c)As alternativas I, II e V estão incorretas e as alternativas III e IV estão corretas.

d)Todas as alternativas estão incorretas

e)Todas as alternativas estão corretas.

18- É correto dizer que a emenda 45 alterou o artigo 114 da Constituição Federal ampliando a competência da Justiça Especializada . Entretanto, entendem alguns que certos dispositivos legais permaneceram inatacados, ainda que tratando de temas atinentes às relações de trabalho, assalariados ou não, entre eles, Acidente de Trabalho.

a)Analisado o enunciado acima, tem-se que a competência para julgar ações buscando a reparação material por acidente do trabalho continua sendo da Justiça Comum.

b)O artigo 7º, inciso XXVIII da CF/88 não alterou a competência do Judiciário Trabalhista, no particular aspecto. Assim, é competente a Justiça Comum para conhecer e julgar as ações que pugnem somente por danos morais.

c)As ações que tratam de danos materiais não se confundem com as ações que tratem de danos morais mesmo que ambas decorram do mesmo acidente. Assim, as primeiras são da competência da Justiça Comum e as outras da Justiça do Trabalho, mas só em sede de julgamento de recurso ordinário ajuizado como Apelação quando o feito ainda tramitava na justiça Comum. Entendimento da Emenda 45.

d)Como o exame do mérito da ação de Acidente do Trabalho está umbilicalmente ligada ao exame do mérito da ação de reparação de danos morais decorrentes do mesmo fato e assim sendo, por estar acobertada pelo disposto no artigo 109,I da Constituição Federal, a competência é exclusivamente da Justiça Estadual.

e)Todas as alternativas estão incorretas.

19- A representação de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual ou municipal em face da Constituição Estadual é da competência:

- a)originária do Supremo Tribunal Federal.
- b)recursal do Superior Tribunal de Justiça.
- c)originária do Tribunal de Justiça Estadual.
- d)recursal do Tribunal Regional Federal.
- e)originária da primeira instância estadual

20- O artigo 285-A do Código de Processo Civil, que outorgou a possibilidade de prolação da sentença de improcedência, independentemente da citação do réu, aplica-se:

- a)À matéria unicamente de direito.
- b)À matéria unicamente de fato.
- c)À matéria de direito e de fato.
- d)Quando se tratar de casos idênticos, que tenham a mesma causa de pedir e mesmas partes.
- e)Não se aplica na Justiça do Trabalho, porque fere o direito ao contraditório e à ampla defesa.

21 -Relativamente ao conceito legal de domicílio, e correto dizer que:

I-se a pessoa exercitar a profissão em lugares diversos, cada um deles constituirá domicílio para as relações que lhe corresponderem.

II-ter-se-á por domicílio da pessoa natural que não tenha residência habitual, o lugar onde for encontrada.

III-muda-se o domicílio transferindo-se a residência, com a intenção de mudar. E, a prova da intenção resultará do que declarar a pessoa às municipalidades dos lugares que deixa, e para onde vai, ou, se tais declarações não fizer, da própria mudança com circunstâncias que a acompanharem.

IV-tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos em lugares diferentes, cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados e se a administração ou diretoria, tiver a sede no estrangeiro, haver-se-á por domicílio da pessoa jurídica, no tocante às obrigações contraídas por cada uma das suas agências, o lugar do estabelecimento, sito no Brasil, a que ela corresponder.

V-tem domicílio necessário o incapaz, o servidor público, o militar, o marítimo e o preso.

Assinale a alternativa correta:

- a)As Alternativas I, II, e V estão corretas e as alternativas III e IV estão incorretas.

- b)As alternativas III e V estão incorretas e as alternativas I, II, IV estão corretas.
- c)As alternativas III e IV estão incorretas e as alternativas I,II e V estão corretas.
- d)Todas as alternativas estão corretas.
- e)Todas as alternativas estão incorretas.

22 – O Juiz pode conhecer desde logo e diretamente do pedido, antecipando o julgamento da lide e resolvendo sobre o mérito da causa. Aponte a alternativa correta:

- a)Quando verificados os pressupostos e condições da ação, as questões controvertidas forem apenas de fato.
- b)Quando o pedido versar sobre questões de fato e de direito e não houver necessidade de prova técnica.
- c)Quando a questão de mérito for unicamente de direito, ou quando de fato e de direito, não haja necessidade de provas em audiência, ou ocorra a revelia.
- d)Quando do julgamento da lide não couber recurso em face do valor da alçada.
- e)Quando as questões de fato não dependerem de prova testemunhal e as questões de direito disserem respeito somente à matéria de ordem preliminar.

23- O controle de constitucionalidade das leis pela via de exceção tem como característica:

- a)A declaração de inconstitucionalidade ter efeito *erga omnes*.
- b)Ser promovido por intermédio de ação direta de inconstitucionalidade.
- c)A possibilidade de ser promovido por qualquer órgão do Poder Judiciário.
- d)A necessária intervenção do Procurador Geral da República.
- e)Ser de competência privativa do Supremo Tribunal Federal.

24- O prazo para contestar a ação rescisória é:

- a)8 dias, como regra.
- b)sempre 15 dias.
- c)30 dias.
- d)nunca inferior a 15 e nem superior a 30 dias, assinalado pelo juiz.
- e)será fixado pelo juiz

25- À luz do ordenamento civil vigente, é lícito afirmar que:

I- Dissolvida a sociedade conjugal pela morte de um dos cônjuges, o sobrevivente poderá pedir a extinção do bem de família, se for o único bem do casal.

II- O bem de família, quer instituído pelos cônjuges ou por terceiro, constitui-se pelo registro de seu título no Registro de Imóveis.

III- Salvo disposição em contrário do ato de instituição, a administração do bem de família compete a ambos os cônjuges, resolvendo o Juiz em caso de divergência

IV- Extingue-se, igualmente, o bem de família com a morte de ambos os cônjuges e a maioria dos filhos, desde que não sujeitos a curatela.

V- A dissolução da sociedade conjugal não extingue o bem de família.

Assinale a alternativa correta:

a)As Alternativas I, II, III e IV estão corretas e a alternativa V está incorreta.

b)As alternativas IV e V estão incorretas e as alternativas I, II e III estão corretas.

c)As alternativas III e V estão incorretas e as alternativas I, II e IV estão corretas.

d)Todas as alternativas estão corretas.

e)Todas as alternativas estão incorretas

26- Dentre os princípios fundamentais do Processo do Trabalho, assinale aquele que não se aplica às Varas do Trabalho.

a)Celeridade.

b)Concentração

c)Irrecorribilidade das decisões interlocutórias

d)Identidade física do juiz

e)Oralidade.

27-A aposentadoria por invalidez será cancelada:

a)após cinco anos, para o contribuinte individual que tiver direito a retornar à função que desempenhava na empresa no momento em que se aposentou.

b)imediatamente, se o segurado recusar tratamento cirúrgico gratuito.

c)após tantos anos quantos forem os anos de duração do auxílio-doença e da aposentadoria, quando o segurado for considerado reabilitado para o exercício do trabalho.

d)mesmo que o segurado esteja apto para o exercício de atividade diversa da que habitualmente exercia, desde que siga, sendo paga pelo prazo de doze meses.

e)a partir da data do retorno voluntário ao trabalho, ainda que em atividade diversa daquela que o segurado exercia habitualmente.

28- Não havendo preceito legal, nem assinalação pelo juiz, o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte será de:

- a) 5 dias
- b) 8 dias.
- c) 10 dias
- d) 15 dias
- e) 20 dias.

29:

I- Não havendo convenção, ou sendo ela nula ou ineficaz, vigorará, quanto aos bens entre os cônjuges, o regime de comunhão parcial.

II- Podem os cônjuges, independentemente de autorização um do outro comprar, ainda a crédito, as coisas necessárias à economia doméstica e obter por empréstimo, as quantias que a aquisição destas coisas possa exigir.

III- É admissível alteração do regime de bens, mediante autorização judicial em pedido motivado de ambos os cônjuges, apurada a procedência das razões invocadas e ressalvados os direitos de terceiros.

IV- Qualquer que seja o regime de bens não podem, nem marido, nem mulher demandar a rescisão dos contratos de fiança e doação, ou invalidação do aval, realizados pelo outro cônjuge.

V- É obrigatório o regime de separação de bens no casamento de pessoa maior de sessenta anos, salvo se, para casar depender de suprimento judicial.

Assinale a alternativa correta:

a) As alternativas II, IV estão corretas e as alternativas I, III, IV e V estão incorretas.

b) As alternativas III, IV e V estão corretas e as alternativas I e II estão corretas.

c) As alternativas I, II, III e V estão corretas e a alternativa IV está incorreta.

d) Todas as alternativas estão corretas.

e) As alternativas I, II e III estão corretas e as alternativas IV e V estão incorretas.

30- Falando sobre documentos juntados com a defesa em ação trabalhista, o Reclamante alegou que determinado recibo de salário era falso, pois ele assinara o papel em branco e o reclamado aproveitou para preencher com conteúdo não verdadeiro. No curso da instrução se

comprovou que não houvera a alegada falsidade. Assinale a proposição correta:

- a) O reclamante cometeu injúria
- b) O reclamante cometeu difamação.
- c) O reclamante cometeu calúnia.
- d) O reclamante não podia ser punido, pois estava amparado pela imunidade judiciária, eis que se tratou de ofensa irrogada em juízo.
- e) O reclamante agiu no exercício regular do amplo direito de defesa assegurado pela lei.

31- A respeito do financiamento da Seguridade Social, nos termos da Constituição Federal da legislação de custeio previdenciária, assinale a opção correta:

- a) A pessoa jurídica em débito com o sistema de seguridade social não pode contratar com o Poder Público.
- b) A lei não pode instituir outras fontes de custeio além das previstas na Constituição Federal.
- c) Pode-se criar benefício previdenciário sem prévio custeio.
- d) As contribuições sociais criadas podem ser exigidas no ano seguinte à publicação da lei.
- e) São isentas de contribuição para a seguridade social todas as entidades beneficentes de utilidade pública federal.

32- À luz do ordenamento vigente, pode-se afirmar que:

I- A lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.

II- Reputa-se ato jurídico perfeito o já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou.

III- Consideram-se adquiridos assim o direito que o seu titular ou alguém por ele, possa exercer, como aqueles cujo começo do exercício tenha termo préfixo, ou condição preestabelecida inalterável, a arbítrio de outrem.

IV- Chama-se coisa julgada ou caso julgado a decisão judicial de que já não caiba mais recurso.

V- Lei nova, que estabeleça disposições gerais a par das já existentes revoga a lei anterior, salvo disposição em contrário.

Assinale a alternativa correta:

- a) As Alternativas I, II, III e IV estão corretas e a alternativa V está incorreta.
- b) Apenas a alternativa III é incorreta.
- c) As alternativas III e V estão incorretas e as alternativas I, II e IV estão corretas.
- d) Todas as alternativas estão corretas.

e)Todas as alternativas estão incorretas.

33- Assinale a alternativa incorreta:

a)Os Tratados e Convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados em cada casa do Congresso Nacional em dois turnos por três quintos dos votos dos respectivos membros serão equivalentes às Emendas Constitucionais.

b)São gratuitas as ações de *habeas corpus* e *habeas data* e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.

c)A todos, no âmbito judicial e administrativo são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação, sem prejuízo da defesa, e do devido processo legal.

d)O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional, a cuja criação tenha manifestado adesão.

e)As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais tem aplicação imediata.

34- Ocorre arrependimento eficaz quando o agente:

a)voluntariamente desiste de prosseguir na execução do crime.

b)por circunstâncias alheias á sua vontade não consegue consumir o ilícito penal.

c)voluntariamente impede que o resultado criminoso se produza.

d)por empregar meio inidôneo ou ineficaz não consegue consumir o crime.

e)por circunstâncias alheias à sua vontade desiste da consumação do ilícito.

35- A respeito do regime geral de previdência social e da classificação dos segurados obrigatórios, assinale a assertiva incorreta:

a)Como empregado: aquele que presta serviço de natureza urbana ou rural à empresa, em caráter não-eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração, inclusive como diretor empregado.

b)Como trabalhador avulso: quem presta, a diversas empresas, sem vínculo empregatício, serviço de natureza urbana ou rural definidos em Regulamento.

c)Como contribuinte individual: o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa.

d)Como empregado: o titular de firma individual urbana ou rural.

e)Como contribuinte individual: o diretor não-empregado e o membro de conselho de administração de sociedade anônima.

36-São prestações previdenciárias pagas exclusivamente aos dependentes habilitados:

- a) auxílio acidente
- b) auxílio doença.
- c) reabilitação profissional.
- d) salário maternidade
- e) auxílio reclusão.

37 – A ausência do reclamante à audiência de instrução e julgamento acarreta o arquivamento da reclamação trabalhista, que poderá ser renovada, segundo a conveniência do trabalhador.

- a) A afirmação é correta porque não há possibilidade de adiamento da audiência em face do princípio da celeridade processual.
- b) A afirmação é correta porque, como hipossuficiente, o trabalhador poderá ajuizar nova ação sempre que houver lesão de direito em face do princípio tutelar.
- c) A afirmação é correta porque a pena de confissão somente pode ser aplicada ao empregador.
- d) A afirmação é correta porque apenas ao empregador se faculta representação em audiência.
- e) A afirmação é correta, mas omite situações que tem tratamento legal diferenciado.

38- Os empregados das sociedades de economia mista quer estas contem ou não com maioria do Estado na sua composição capital, são considerados empregados sob a égide da CLT:

- a) Sob essa ótica, as sociedades de economia mista, com ou sem fim lucrativo, devem realizar concurso público e assim o fazendo são obrigadas a contratar exclusivamente aqueles candidatos que foram aprovados no processo de seleção adotado.
- b) Não se aplica obrigatoriamente o disposto no artigo 37 da CF, desde que se considere o artigo 173, II da mesma Carta Maior.
- c) Se a sociedade de economia mista objetivar a consecução de lucros em suas operações, elas serão consideradas, para todos os efeitos uma entidade jurídica de natureza privada mesmo que a maioria do capital social seja estatal, estando liberadas da realização de concurso público.
- d) Se a sociedade de economia mista que aqui se cuida realizou concurso público, os empregados serão estáveis nos termos dos regramentos laborais dos servidores públicos e, se aposentados; não poderão ser mantidos no

emprego tendo em vista que a aposentadoria espontânea rescinde o contrato de trabalho.

e) Ainda que os empregados dessa sociedade de economia mista tenham sido contratados antes da Constituição Federal, portanto, até 04.10.1988 deverão ser submetidos a concurso público, pois a norma do artigo 37 da CF é cogente.

39- Integram o salário- de- contribuição do empregado:

a) Os ganhos habituais e os ganhos eventuais.

b) A totalidade dos abonos e diárias, bem como as cotas do salário-família.

c) O salário-maternidade, observado o limite máximo de contribuição.

d) A importância recebida a título de incentivo à demissão.

e) O valor relativo ao reembolso de despesas com creche.

40- Na sentença denegatória de falência, o juiz apreciou o mérito e julgou improcedente o pedido do credor. Nesse caso, o recurso cabível será:

a) O agravo retido

b) A apelação

c) O agravo

d) Recurso extraordinário.

e) Recurso especial.

41 – Reclamação trabalhista de vendedor contra empresa para a qual prestou serviços através de pessoa jurídica da qual é titular, em sociedade com a esposa, deve ser ajuizada:

a) na Justiça Comum, pois o relacionamento entre empresas se constitui através de contrato de representação comercial, que tem natureza civil.

b) na Justiça do Trabalho, facultada a apresentação de pleito relativo a contrato de representação comercial, em caráter sucessivo, caso não seja reconhecido o vínculo de emprego.

c) na Justiça do Trabalho, pois a relação de trabalho está afeta à competência especializada, desde que postule apenas direitos oriundos de contrato de trabalho.

d) na Justiça do Trabalho, pois a relação de trabalho está sempre afeta a sua competência material, seja ela de que natureza for.

e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

42- Quando a decisão é monocrática e dá provimento ao recurso ordinário nos termos do artigo 557, § 1º A do CPC, cabem Embargos de Declaração para:

- a)prequestionar o tema abordado no recurso e não enfrentado na decisão.
- b)por ser decisão monocrática, não comporta embargos de declaração.
- c)pode o embargante requerer que seus embargos de declaração sejam acolhidos como Agravo com vistas a um julgamento colegiado, aplicando-se por analogia o sentir do artigo 579, do CPP.
- d)será inadequado processualmente ter-se um julgamento também monocrático para os embargos de declaração que foram convertidos em Agravo.
- e)Somente as alternativas “a” e “c” estão corretas.

43- A prestação de serviço durante a mesma jornada de trabalho a diferentes empresas do mesmo grupo econômico:

- a)caracteriza coexistência de mais de um contrato de trabalho, salvo ajuste em contrário.
- b)não caracteriza a coexistência de mais de um contrato de trabalho, salvo ajuste em contrário.
- c)depende de prévia autorização de autoridade competente.
- d)Nenhuma das respostas é correta.

44—As normas coletivas de trabalho têm por objetivo a fixação de condições de trabalho aplicáveis no âmbito de representação das categorias profissional e econômica envolvidas, ao largo das disposições legais que regem as relações de trabalho em caráter geral. Diante dessa premissa é correto afirmar que:

- a) As convenções e acordos coletivos podem estipular condições de trabalho específicas, com conteúdo e vigência a ser estipulada segundo a exclusiva conveniência dos sindicatos envolvidos.
- b) A empresa pode, mediante acordo coletivo de trabalho firmado com o Sindicato profissional, fixar valor inferior para o vale-refeição de seus empregados, em relação àquele previsto na convenção coletiva para a categoria respectiva.
- c) O empregado pode estabelecer validamente em contrato individual, condição de trabalho que atenda melhor a seu interesse e do empregador, ainda que em desacordo com a convenção coletiva da categoria.
- d) As convenções coletivas estipulam condições de trabalho específicas às categorias profissional e econômica que as subscrevem e seu reconhecimento é direito constitucionalmente garantido aos trabalhadores.

45 - Em execução contra a Fazenda Pública, o reclamante-exequente prova que o pagamento de seu precatório vem sendo postergado, por conta de acordos formalizados com outros trabalhadores em suas respectivas reclamações trabalhistas, pelo que requer o seqüestro da quantia necessária à satisfação do débito, o que é indeferido. Qual a medida processual cabível para revisão dessa decisão?

- a) Agravo de petição, pois se trata de ato do Presidente do Tribunal em execução.
- b) Agravo de petição, pois se trata de ato do Juiz da Vara em execução.
- c) Agravo regimental, pois se trata de despacho de natureza administrativa do Presidente do Tribunal.
- d) Mandado de segurança, pois se trata de despacho de natureza administrativa do Presidente do Tribunal.
- e) Representação, pois cometido crime de responsabilidade pelo Presidente do Tribunal.

46- O horário noturno do trabalhador rural é aquele que ocorre:

- a) das 21 horas de um dia às 5 horas do dia seguinte, quando em atividade pecuária.
- b) das 20 horas de um dia e 4 horas do dia seguinte quando em atividade na lavoura.
- c) das 22 horas de um dia às 5 horas do outro, independente da atividade, seja na lavoura, na pecuária ou na agroindústria.
- d) As alternativas “a” e “b” estariam corretas se houvesse inversão nas atividades, isto é, “a” para atividade na lavoura e “b” para atividade na pecuária.
- e) A atividade da agroindústria, em nenhuma circunstância, consagra o trabalhador como rural.

47- Considere as seguintes proposições:

I-O contrato de trabalho pode ser alterado bilateralmente, salvo se houver prejuízo para qualquer das partes.

II-A duração normal do trabalho pode ser prorrogada em caso de força maior, sem limite pré-determinado.

III-O contrato por prazo determinado pode ser prorrogado apenas uma vez e a partir da prorrogação transforma-se em contrato a prazo determinado.

Assinale a alternativa correta:

- a) Todas as proposições estão corretas.
- b) Somente a I e II estão corretas.

- c) Somente II e III são corretas.
- d) Somente I e III são incorretas.
- e) Todas são incorretas.

48- São contribuições destinadas ao custeio da Seguridade Social, segundo o artigo 195 da Constituição Federal:

- a) Faturamento ou receita.
- b) CPMF
- c) Apenas receita bruta
- d) Exportação de bens ou serviços
- e) Lucro líquido.

49 – O art. 37, II, da Constituição da República exige prévio concurso para nomeação de empregado público, razão pela qual a Súmula do C. TST 363 atribui nulidade ao contrato de trabalho firmado sem a observância do ditame constitucional. Diante do direcionamento que os verbetes jurisprudenciais do C. TST imprimem ao tema, conclui-se que:

- a) se a relação de emprego for reconhecida em primeira instância, porque não houve argüição do tema em defesa, o Tribunal Regional poderá reformá-la, mesmo na ausência de recurso voluntário do empregador, em face da remessa oficial, pois se trata de matéria de ordem pública.
- b) se a relação de emprego for reconhecida em primeira instância, porque não houve argüição do tema em defesa, o Tribunal Regional poderá reformá-la apenas diante de recurso voluntário do empregador, ao largo do princípio da eventualidade, pois se trata de matéria de ordem pública.
- c) se a relação de emprego for reconhecida em primeira instância, porque não houve argüição do tema em defesa, o Tribunal Regional poderá reformá-la, mesmo ausente recurso voluntário do empregador, mediante provocação do Ministério Público do Trabalho em parecer.
- d) se a relação de emprego for reconhecida em primeira instância, porque não houve argüição do tema em defesa, o Tribunal Regional poderá reformá-la mediante recurso voluntário do empregador, desde que ratificado em parecer exarado pelo Ministério Público do Trabalho.
- e) Nenhuma das alternativas acima é correta.

50- Para lograr contratar profissionais de informática cujos salários de mercado são efetivamente maiores que os dos bancários comuns, os Bancos contornam esse aspecto classificando-os como detentores de cargos comissionados e complementam os ganhos dos empregados

pagando Comissão Cargo. Assim, sua jornada de trabalho passa a ser de 8 horas diárias, que é a jornada normal do profissional de informática:

- a) Quando do julgamento de reclamação trabalhista, o enquadramento dessa função capitula-se no artigo 224, II, da CLT.
- b) A jornada que há prevalecer é a especial dos bancários de 6 horas diárias e 30 semanais.
- c) As normas coletivas que se aplicam são as dos profissionais de informática.
- d) O simples fato de perceber importe superior a 1/3 do salário já os identifica como diferenciado dos bancários comuns e assim obrigados a jornada de 8 horas diárias.
- e) Nenhuma das anteriores.